

A COMUNICAÇÃO ON-LINE NA ESFERA PÚBLICA DA CIDADANIA

Online communication on the public sphere of citizenship

La comunicacion on-line en la esfera publica de la ciudadania

Tiago Mainieri

Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, pós-doutor em Comunicação pela UFRJ, Docente permanente do Mestrado em Comunicação do PPGCOM/UFG

Quézia Alcantara

Jornalista, mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo

Ancorado nos pressupostos teóricos sobre os binômios Comunicação Horizontal, Esfera Pública e Mobilizações Sociais para verificar a prática de cidadania, este artigo tem como objetivo analisar teórica e empiricamente o grupo denominado Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem que atuou como um dos protagonistas de manifestações em Goiânia no ano de 2013. Por meio de Análise Textual da Teoria Fundamentada foram estudados documentos do grupo nos quais foram observadas características elencadas em mobilizações sociais semelhantes em outros períodos e locais pelo sociólogo Castells.

Palavras-chave: comunicação online; esfera pública; cidadania; mobilizações sociais; Frente de Lutas Goiás.

Abstract

Anchored in the theoretical assumptions about the binomials Horizontal Communication, Public Sphere and Social Mobilizations to verify the practice of citizenship, this article aims to analyze theory and empirically the group called Frente de Luta Goiás Against the Increase of the Passage acted as One of the protagonists of demonstrations in Goiânia in 2013. Through Textual Analysis of Grounded Theory, documents were studied in which the characteristics of social mobilizations similar in other periods and places by the sociologist Castells were observed.

Keywords: online communication; public sphere; citizenship; social mobilizations; Frente de Lutas Goiás.

Resumen

Anclado en los presupuestos teóricos sobre los binomios Comunicación Horizontal, Esfera Pública y Movilizações Sociales para verificar la práctica de la ciudadanía, este artículo tiene como objetivo una análisis el grupo denominado Frente de Lucha Goiás Contra el Aumento del Pasaje actuó como uno de los protagonistas de manifestaciones en Goiânia en 2013. A través de Análisis textual de la Teoría Fundamentada se estudiaron documentos en los que se observaron características enumeradas en movilizaciones sociales similares en otros períodos y lugares por el sociólogo Castells.

Palabras clave: comunicación online; esfera pública; ciudadanía; movilizaciones sociales; Frente de Lutas Goiás.

Introdução

A comunicação é um elemento dinâmico na sociedade, cada vez mais, permeada por novas tecnologias que surgem reconfigurando as trocas e conteúdos simbólicos e de interpretação do “mundo da vida”. Na contemporaneidade, a internet desponta como uma ambiência onde se abrigam formas capazes de hospedar, fixar, transmitir, guardar e intercambiar conteúdos simbólicos advindos de vários tipos de mídias utilizadas por indivíduos em contextos cultural e socialmente diversos.

Essa ambiência, mutável e fluida, cria novos espaços para o conhecimento, para a participação e para a vida cotidiana. Os movimentos sociais e os cidadãos assumem, dessa forma, novas conformações na busca da cidadania, como a perspectiva do netativismo.

Enquanto espaço que congrega plataformas multimídias, reconfigurando os processos comunicativos e amplificando a participação, a internet poderia ser considerada como a nova ágora da cidadania, também denominada de esfera pública? Esse questionamento permeia a reflexão a que propomos neste artigo.

Nesse sentido, o primeiro movimento do texto é entender a nova ambiência que reconfigura a comunicação e nos apresenta a possibilidade de uma esfera pública hiperconectada. Em seguida, analisamos o movimento Frente de Lutas Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus articulado em 2013, no bojo das manifestações ocorridas em várias cidades do Brasil. Esse estudo contempla uma pesquisa empírica que incluí como corpus oito documentos esmiuçados a partir da Análise Textual da Teoria Fundamentada, conforme explicitado ao longo do texto. Portanto, evidenciam-se os binômios, comunicação horizontal, esfera pública e mobilizações sociais, como centrais na consolidação da cidadania na contemporaneidade.

Nova ambiência na consolidação de uma esfera pública ampliada

Com base nas definições de Marcos Palácios (2006, p. 239) de que a internet é uma “ambiência” de comunicação e não uma mídia é possível aproximá-la do conceito de esfera pública. Assim como o conceito de esfera pública, essa “am-

biência” não se refere a um espaço delimitado e localizado territorialmente. Antes, se constitui no abstrato das conversações e diálogos que se encontram na espontaneidade de uma dimensão que se estabelece, mantendo determinado grupo ligado entre si, por tempo necessário para a prática da cidadania com vistas a um ideal. Conforme argumenta Habermas:

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização. Também pouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis (HABERMAS, 1997, p. 92).

O termo esfera pública foi concebido por Hannah Arendt (1958, p. 61) como o “mundo comum” no qual “as coisas possam emergir da treva da existência resguardada” que “reúne-nos na companhia uns dos outros”. Para a filósofa (1958, p. 62) “o termo público significava o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. E é esse sentido de público onde a presença dos outros que “veem o que vemos e ouvem o que ouvimos” que “garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”, argumenta Arendt.

A autora (1958, p. 34) descreveu, com base nos escritos de Aristóteles, a pólis grega e a ágora, um tipo de praça pública onde os homens exercitavam sua cidadania, por meio de discursos visando persuadir aos demais. De todas as atividades que os gregos realizavam “apenas duas eram consideradas políticas, faziam parte da bios politikos”, lembra Arendt: a práxis (a ação) e a lexis (o discurso).

Já, segundo Brown e Coenen (2000, p. 371), a partir da significação grega da palavra, a ágora (Àyopá) era um local destinado à reunião pública. Na Grécia clássica foi identificada como “[...] a praça do mercado, o centro da vida comunitária, que empregava regularmente para reuniões políticas, audiências judiciais e, especialmente para o comércio”. Para estes autores a ágora grega se diferenciava do que Arendt (2007, p.35) descreveu como sendo um local destinado à livre expressão do homem em sua condição de

cidadão. Brown e Coenen (2000, p.371) definiram tal ambiente como de diversidade, de polifonia de vozes e de atividades diversas, entre elas, as comerciais, o que reporta para a ágora virtual, a internet, que abriga em seu seio, uma rede emaranhada de sites e domínios de todas as etnias, formas, opiniões, línguas, costumes, cultura, setores da economia e da política, ou conforme disse McLuhan (1967, p.14) um caleidoscópio multiforme e polifônico. Assim sendo, delineiam-se novos contornos de uma esfera pública onde atores coletivos ou indivíduos se mobilizam em manifestações populares.

Para Klandermans (1994, p.198, tradução nossa¹) o discurso público dos meios de comunicação é de suma importância para a formação e transformação das identidades coletivas. Elas possibilitam a construção de significados que geram vínculos de pertencimento entre os indivíduos que se unem a outros que possuem as mesmas crenças e valores ou se encontram em situações semelhantes de carência possibilitando ações coletivas. O autor ressalta o processo pelo qual o discurso público legitima o grupo que protesta ou o movimento social. Novas informações ou contrainformações sobre determinada questão tornam-se públicas quando a imprensa, ao longo do tempo, dá importância a elas. O discurso dos meios de comunicação se converte em um elemento fundamental neste contexto.

Os movimentos sociais utilizam-se de uma série de recursos no diálogo com a sociedade, e dependem não somente da veiculação da mídia que repercute seus ideais e ações, mas também de um trabalho entre adeptos e simpatizantes. Conforme Castells (2013, p. 19) “[...] dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível”. O sociólogo espanhol destaca (2013, p. 19) que atualmente “as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal” da internet seriam o canal mais apropriado para as mobilizações dos atores coletivos

¹ Livre tradução do original em espanhol: “En el discurso publico los argumentos se desarrollan en repuesta a contraargumentos, nueva información y nuevos acontecimientos. El discurso de los medios de comunicación se ha convertido en un elemento fundamental en este contexto. Aunque ese discurso varía en función de la importancia que los periodistas conceden a los acontecimientos, ele contenido del debate se desarrolla a lo largo del tiempo”.

por serem “veículos mais rápidos, autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história”.

Partimos da concepção de esfera pública enquanto *locus* de discussão e expressão do pensamento que na atualidade tem sido oportunizada nas redes sociais on-line. A percepção de “mobilização social” contempla ações coletivas que dariam visibilidade aos atores sociais, em atos coletivos e que vão desde protestos, manifestações e marchas na concretude das cidades até o ciberativismo desterritorializado na internet que indica uma ambiência onde se processa a comunicação horizontal. Da intersecção de esfera pública, mobilização social e comunicação horizontal forma-se um conceito novo para a prática da cidadania como uma condição ideal, que consiste na concepção de um sujeito que, consciente de seus direitos e juntamente com outros, face a face ou de forma on-line, levanta bandeiras reivindicatórias, identitárias ou políticas em manifestos na internet e/ou nas ruas visando um interesse em comum.

A pesquisa empírica: um olhar a partir do movimento Frente de Lutas Goiás

Com a finalidade de se verificar empiricamente a existência e a prática da cidadania, optou-se pelo estudo do grupo “Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus”. A justificativa para tal escolha se deve a percepção desse grupo enquanto responsável pela articulação das principais manifestações que ocorreram na cidade de Goiânia (Mergulhão, 2013) durante o ano de 2013, e guarda semelhanças com os grupos que igualmente articularam protestos em todo o país no mesmo período. Destaca-se que, após pesquisa exploratória, optou-se por não realizar um estudo de caso, mas sim de focar os esforços para analisar o processo comunicacional e de interação entre o grupo com vista à participação nas manifestações sociais e protestos por meio de canais de comunicação. Para tal, o método que melhor se adequou foi o da Análise Textual da Teoria Fundamentada, criada pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Straus e publicada em 1967 no livro “The Discovey of Grounded Theory” cujo pressuposto central é o surgimento das “[...] teorias a partir da pesquisa baseada em dados, em vez da dedução de hipóteses analisáveis a partir de teorias existentes” (Charmaz, 2009).

Os textos que compuseram o *corpus* da pesquisa foram codificados segundo os critérios estabelecidos por Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008), com atualização de Charmaz (2009). A Análise Textual da Teoria Fundamentada codifica dados de transcrições oriundas de documentos: diários etnográficos, entrevistas em profundidade, relatos de grupo focal, matérias jornalísticas, textos literários, relatórios, vídeos e outras mídias eletrônicas, entre outros. Desta forma, o *corpus* da análise desta pesquisa foi composto de oito documentos: seis textos, incluindo cinco artigos e um editorial publicados na revista eletrônica *Enfrentamento* - edição especial de julho de 2013², com 59 páginas; uma entrevista de quatro páginas, veiculada no semanário *Jornal Opção* (30/06 a 06/07 de 2013), com o representante da Frente, Tales dos Santos Pinto (2013, p.18-19), pertencente ao Coletivo Tarifa Zero (naquele momento ocupava a função de interlocutor na comissão de imprensa da Frente de Luta); e uma transcrição de um debate realizado dia 29/07/2013, pelo Núcleo Interdisciplinar e Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos NDH/UFG com um dos coordenadores da Frente, Tiago Madureira, que se denomina independente e anarquista³, e que foi publicado na plataforma Youtube, no canal “Marcos Aleotti – Vídeo Ação”⁴.

A primeira codificação decompôs o texto em pequenas unidades das quais se fez uma breve descrição. Após essa codificação optou-se por unir descrições similares ou iguais sob uma categoria que as definissem. Essa categorização é apresentada a seguir e permitiu uma análise sob a égide dos conceitos centrais de comunicação horizontal, esfera pública e mobilização social que se constituem nos três pilares que sustentam a prática da cidadania.

2 A revista foi editada por um grupo denominado de Movimento Autogestionário (Movaut), que é um dos muitos integrantes que compõem a Frente de Luta Goiás e está disponível no link <http://www.enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf>, acesso em 20/08/2013 e <http://msociais.blogspot.com.br/2013/.../revista-enfrentamento-especial-sobre-as.html>, acesso em 01/09/2013.

3 Longo e Abreu (2014)

4 Disponível em: www.youtube.com.br/watch?v=P3MFoE13DXw, acesso em 28/01/2015.

Articulações e constituição de um movimento – a Frente de Luta Goiás pelo olhar do próprio movimento

O grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus, criado em abril de 2013, é um coletivo de diversos movimentos sociais, centros acadêmicos, grêmios e diretórios centrais estudantis, além de grupos de pesquisas de universidades. O grupo é formado por universitários e secundaristas, mas recebem apoio de professores e pesquisadores de universidades e outros indivíduos independentes. Entre seus componentes estão alguns ativistas que participaram de outros movimentos tais como o Coletivo Tarifa Zero, parceiro do Movimento Passe Livre (MPL) nacional que foi criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Além deste, outras entidades fazem parte, tais como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), Centros acadêmicos da Universidade Federal de Goiás (UFG), grupo de pesquisa da UFG Proluta, Movimento Autogestionário (Movaut), Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Movimento Classista dos Trabalhadores da Educação (Moclade), líderes religiosos e anarquistas, autonomistas e pessoas independentes (Pinto, 2013, p.19). Contou ainda com o apoio dos movimentos: negro, feminista e de gays, lésbicas, travestis e transgêneros. Teve uma pauta específica: a redução da tarifa do transporte coletivo e definem o movimento como apartidário, mas não contrário aos partidos políticos, visto que alguns de seus membros eram filiados ao PSTU, PT, PCB, PCdoB e PSOL (Mateus, 2013, p.9). Assim, se definem como de esquerda, já que “dificilmente pessoas de direita estariam atuando em uma frente de luta popular para conseguir tarifa zero”, explica o professor de História, do comitê de imprensa da Frente, Tales dos Santos Pinto (2013, p.19), que foi entrevistado pelo jornal semanário *Opção* após as manifestações de junho de 2013.

A Frente é composta de aproximadamente 40 pessoas (Pinto, 2013, p.18), possui uma forma de organização “sem estrutura hierárquica” o que a difere dos conhecidos movimentos sociais e ong’s. O grupo tem coordenadores, mas não um líder (Mergulhão, 2013, pág. 23). De acordo com Pinto (2013, p.18) “[...] desta forma conseguimos garantir a divulgação de todas as informações dos participantes e com todas as informações as pessoas têm o poder maior de decisão”, o que permite uma forma mais democrática. No entanto, há

organização e uma relativa formalização das propostas, conforme documento aprovado em assembléia pelos membros da Frente, relatada na revista *Enfrentamento*:

A Frente contou no seu bojo de uma série de princípios, dentre os quais podemos destacar: a) autonomia política, organizativa e econômica; b) apartidarismo; c) combatividade; d) autogestão interna; e) livre associação; f) ação direta; g) horizontalidade interna; h) decisões coletivas baseadas em assembleias gerais; i) revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões; j) solidariedade entre membros. (MATEUS, 2013, p.14).

A Frente de Luta Goiás iniciou as reuniões, aproximadamente dois meses antes dos primeiros protestos e realizou seu primeiro ato coletivo em Goiânia no dia 8 de maio de 2013 com objetivo de “barrar o aumento que seria anunciado nos próximos dias” (Mateus, 2013, p.9). A greve dos motoristas do transporte coletivo em Goiânia, no dia 1º de maio potencializou a revolta da população e dos estudantes que compareceram à manifestação que saiu da Praça Cívica à Praça Bandeirantes, interrompendo o trânsito por mais de três horas, queimando pneus e pautando os noticiários locais.

O segundo ato do grupo ocorreu dia 16/05/2013 e foi reprimido pela Tropa de choque da Polícia Militar, redundando em mais visibilidade ao grupo. O terceiro protesto ocorreu no dia 21 de maio de 2013 e saiu da Praça Universitária até a sede do Palácio do Governo. Ali, representantes da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC) e das prefeituras que fazem parte da região metropolitana de Goiânia, estavam reunidos discutindo o reajuste da passagem que foi majorado de R\$ 2,70 para R\$ 3,00.

Diante disso, a Frente organizou a quarta manifestação dia 28/05/2013. Neste dia, relata Mateus (2013, p.11), a repressão da PM foi intensificada, com uso de “bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e até mesmo, uso de armas de fogo letal [...] duas dezenas de manifestantes foram presos e dentre eles, alguns menores”. No quinto ato, que ocorreu dia 06/06/2013, os estudantes saíram da Avenida Tocantins e foram até a sede do Setransp e depois, à CMTC. Resulta das observações que este ato teve um caráter lúdico, quando um grupo teatral encenou uma

peça satirizando a violência policial. Nos dias 18 e 19 de junho, ocorreram manifestações com a depredação de três ônibus no Terminal Padre Pelágio e um incendiado no setor Itatiaia, esses atos foram considerados “espontâneas”, pois não tiveram a coordenação do grupo Frente de Luta Goiás. Apesar de não assumir como de sua liderança, o grupo citou estas manifestações em suas publicações.

No dia 20 de junho, um ato nacional mobilizou a presença de mais de 1 milhão e 400 mil brasileiros nas ruas de dezenas de cidades em todos os estados do país. Em Goiânia o grupo Frente de Luta Goiás obteve a confirmação para o ato de mais de 62 mil internautas no dia 19/06/2013 em seu perfil do Facebook e possivelmente pode ter sido o principal grupo de mobilização que conseguiu levar para as principais ruas do centro da cidade, “cerca de 70 mil pessoas” (Mateus, 2013, p.12). A multidão, munida de cartazes pedindo escolas, hospitais com o padrão Fifa, fim da corrupção, direito à livre expressão e tantas outras reivindicações, percorreu importantes vias da cidade, tais como a Avenida Goiás, a Praça Cívica, a Avenida 85. Mateus (2013, p.12) reitera em seu artigo que para a Frente de Lutas Goiás este protesto teve “uma tonalidade pacifista, desvirtuando as ações que até então a Frente havia organizado” devido o “tom muito mais de festividade do que de manifestação popular”. Porém, nem todos da Frente veem a participação de grupos heterogêneos e que empunhavam outras bandeiras de luta e reivindicações difusas de forma negativa, pois a Frente não tem “monopólio das ruas” (Pinto, 2013, p.19). “Como a gente prega a liberdade de direito ao acesso à cidade, vemos também que as pessoas têm também o direito de apresentar reivindicações” constata Pinto. Para a Frente de Luta Goiás o ato do dia 20/06/13 também significou a comemoração do “movimento” pela revogação do preço da passagem coletiva que voltou para R\$ 2,70.

O último protesto foi o do dia 27/06/2013, e um número reduzido de pessoas percorreu as ruas do setor Universitário até a sede do Ministério Público em Goiânia, onde se reuniram com promotores para pedir a não criminalização dos movimentos sociais, além da libertação dos presos nas manifestações anteriores.

Análise textual das ações do grupo Frente de Luta Goiás

Após esta breve descrição das ações e atos coletivos do grupo Frente de Luta Goiás, pretende-se demonstrar os procedimentos metodológicos para efetuar a codificação dos dados dos oito documentos que formam o corpus da análise. A priori houve dificuldade em se identificar a liderança - um líder ou uma pessoa que respondesse pelo movimento, visto que esta é uma estratégia de organização. Alegam que não tendo a figura de uma liderança centrada em um indivíduo, há uma distribuição de atribuições e dificulta-se, inclusive, a repressão dos órgãos estatais e coercitivos visto que todos os coordenadores assumem tal papel (Pinto, 2013, p.20; Mateus, 2013, p.14). Diante desta característica, houve a identificação de alguns participantes da Frente por meio

de pesquisa exploratória em fontes documentais em jornais locais que repercutiam o movimento e as manifestações, tais como os jornais O Popular, Diário da Manhã e Opção. Também o blog “Passa palavra”⁵, publicou durante o ano de 2013, uma série de notícias, entrevistas e informativos dos grupos que coordenavam as manifestações no país, dos quais, a Frente de Luta Goiás, foi um deles.

Após decompor os textos, o estudo centrou-se nas unidades que foram classificadas segundo as categorias de análise propostas por Manuel Castells (2013, p.159-166) para os Movimentos Sociais em Rede (MSR) e articuladas às categorias centrais, conforme quadro abaixo.

Quadro – As categorizações para análise de Movimentos em Rede

Nº	Descrição das características (Castells,2013)	Categoria de Análise	Categoria Central
1	São conectados em rede de múltiplas formas on-line e off-line.	<i>Espaço híbrido</i>	Esfera Pública
2	Inicia-se nas redes de sites para depois ocupar o espaço urbano, geralmente prédios simbólicos	<i>Espaço da autonomia</i>	Esfera Pública
3	São movimentos simultaneamente globais e locais.	<i>Lalização ‘glocal’</i>	Esfera Pública
4	São atemporais, agem no presente e projetam novas formas de vida “no futuro do processo de construção histórica”.	<i>Forma atemporal</i>	Esfera Pública
5	São movimentos virais, seguindo a lógica das redes da internet.	<i>Lógica Viral</i>	Comunicação Horizontal
6	A passagem da indignação à esperança se dá por deliberação no espaço da autonomia. São movimentos sem lideranças políticas ou instituídas.	<i>Democracia por Deliberação</i>	Comunicação Horizontal
7	Horizontalidade das redes, cooperação, solidariedade e falta de liderança formal Horizontalidade das redes, cooperação, solidariedade e falta de liderança formal.	<i>Rede Horizontal</i>	Comunicação Horizontal

⁵ <http://passapalavra.info/2013/06/79985>

Nº	Descrição das características (Castells, 2013)	Categoria de Análise	Categoria Central
8	São desencadeados por uma centelha de indignação ou um evento específico com impacto e que gera emoções.	<i>Estopim de indignação</i>	Mobilização Social
9	São profundamente autorreflexivos.	<i>Autorreflexividade</i>	Mobilização Social
10	Não são violentos já que é fundamental sustentarem sua legitimidade por seu caráter pacífico.	<i>Caráter pacífico</i>	Mobilização Social
11	Não são programáticos, tem muitas demandas levantadas voltadas para a mudança dos valores da sociedade e não para a tomada do poder.	<i>Mudança de valores</i>	Mobilização Social
12	São muito políticos no sentido fundamental, pois propõem e praticam a democracia deliberativa direta.	<i>Nova Política</i>	Mobilização Social

No quadro estão caracterizadas as categorias de análise identificadas por Castells: espaço híbrido; espaço da autonomia; localização glocal; forma atemporal; estopim de indignação; lógica viral; democracia por deliberação; rede horizontal; autorreflexibilidade; caráter pacífico; mudança de valores e nova política. A essas categorias, agregou-se a proposta teórica que se alicerça nos três binômios: Comunicação Horizontal, Esfera Pública e Mobilização Social.

Destaca-se que quase todas as categorias de análise, nomeadas a partir das características que Castells (2013) identificou nos MSR, semelhantemente podem ser observadas nas ações coletivas do grupo Frente de Luta Goiás. Também as três categorias centrais aplicaram-se ao grupo Frente de Luta Goiás, apontando que nesse movimento ocorreram processos comunicacionais próprios da prática cidadã durante as ações de 2013.

A seguir, procedeu-se a análise textual evidenciando os seguintes aspectos, ancorando-se nos elementos expostos anteriormente:

A categoria “comunicação horizontal” surgiu na pesquisa exploratória durante as primeiras análises de materiais de intelectuais e jornalistas, os quais afirmavam que as mani-

festações haviam iniciado nas redes sociais on-line e depois alcançado as ruas. A forma organizativa baseada na horizontalidade, teoria que emergiu dos dados, surgiu a partir da análise textual sobre a Frente de Luta Goiás. Dentro desta categoria central ocorrem três categorias analíticas: *rede horizontal, democracia por deliberação e lógica viral*, constitui-se em elementos presentes em gestões compartilhadas, próprias de organizações que surgem na sociedade informacional e complexa.

Para os organizadores da Frente o grupo operou “abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos” (Pinto, 2013, p.18) o que significa não ter hierarquia entre os integrantes da Frente. Isto permitiu a “livre associação dos indivíduos tendo a liberdade de se desligar do coletivo assim que quiser entendendo que suas ações estão ligadas com as responsabilidades coletivas” (Mateus, 2013, p.14). Estas ações diretas se respaldam pelo “princípio pautado na horizontalidade” de forma que haja “horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre nenhum de seus componentes”, permitindo a solidariedade entre membros (idem). A descrição desse tipo de gestão na Frente é elencada como tendo “autonomia política, organizativa e

econômica”, o que lhes assegura suas próprias maneiras de se gerir e autogerir as ações, não tendo financiamento público, empresarial, religioso ou de Ong’s. A rede horizontal descreve não somente a estrutura organizacional interna do movimento social, mas também uma “organização federativa” (Marques, 2013, p.15), uma forma que se articula com entidades que possuem lutas semelhantes, algumas com os mesmos princípios, nome, estatuto, como por exemplo, a Frente de Luta Vitória, Teresina, Porto Alegre entre outras. Fez articulações com várias entidades: Movimento Passe Livre (MPL), Coletivo Tarifa Zero, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

Quanto ao aspecto da deliberação, pressupõe-se que o cidadão sinta o desejo de determinar seu destino e não mais ser representado, seja por partidos políticos, seja por sindicatos e até mesmo, organizações não governamentais, ou do terceiro setor, ao que Vianna (2014, p.3) traduz como “uma recusa” da política representativa. Sob este modelo, a Frente de Luta GO se baseia em decisões coletivas tomadas em assembleias gerais. Alguns detalhes de como se processam tais reuniões, presenciais, podem ser conhecidos nas falas de seus integrantes: “[...] respeito ao direito de fala das posições minoritárias” (Mateus, 2013, p.14). “Para ter direito a voto é só participar das discussões e assumir tarefas” porque “[...] desta forma conseguimos garantir a divulgação de todas as informações dos participantes e com todas as informações as pessoas têm o poder maior de decisão” (Pinto, 2013, p.18).

Por fim, a lógica viral é o modo ágil e simples como se alastram determinados conteúdos nas redes on-line. A Frente de Luta foi composta de unidades diversificadas e autônomas que mantém uma rede de comunicação e de intercâmbio entre si. Informações, indivíduos, modelos de comportamento circulam por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra (Melucci, 2001, p.95), que remetem para o que Castells (2013, p. 162) denomina de lógica viral por se propagarem como uma epidemia, por contágio. Na fase exploratória da pesquisa empírica, em vários perfis surgiram grupos que repostaram as mensagens do perfil da Frente, convocando seus próprios seguidores para a manifestação de 2013. Supõe-se que cada grupo atingiu sua rede de amigos, que reverberou para seus seguidores e estes para outros grupos seguidores, processo denominado por Malini e Antoun (2013, p.72) de “sharming” ou enxameamento.

No que tange a categoria central *Comunicação Horizontal* observa-se que os dois grupos que compõem a Frente de Luta – o Coletivo Zero e -o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR)⁶ atuam há muito tempo mobilizando estudantes e trabalhadores para suas lutas e bandeiras, sendo a do passe livre uma das mais antigas. Essa capilaridade permite que os movimentos atuem em uma rede de comunicação de forma horizontal.

A partir do detalhamento das análises, o que se observou com relação a categoria central “esfera pública” é que enquanto espaço público para o exercício da cidadania com vistas à participação da vida pública, houve a ocupação de um espaço híbrido, um espaço de autonomia, com especificidades próprias. Esse espaço hibridiza o on-line e off-line para as ações desse tipo de movimento social (Castells, 2013). Assim grupos ativistas se mobilizaram, por meio de encontros presenciais e utilizaram as plataformas de redes sociais da internet, blogs, Twitter, Facebook e Youtube, principalmente para divulgar as ações e convocar os manifestantes (Castells, 2013; Peruzzo, 2013). Pode ser observado em dois momentos: no perfil em redes sociais do grupo Frente de Luta no Facebook e no Youtube e pelas reuniões, assembleias e manifestações de forma presencial.

Para Castells (2013) esse é um espaço de autonomia ocupado pelas pautas do cidadão, no meio concreto, off-line mas iniciado no meio on-line. Em Goiânia tal espaço foi possibilitado na Praça Cívica, nas avenidas Anhanguera com Goiás em direção à praça Cívica onde está instalado o governo estadual – que é o elemento de maior peso na gestão do transporte metropolitano (um pool de municípios, entre eles, a capital Goiânia e mais 10 cidades do entorno). Os ativistas de Goiânia, na sua maioria estudantes universitários, fecharam importantes avenidas goianienenses, em horário de intenso tráfego, queimando pneus e chamando a atenção da opinião pública para o futuro aumento da passagem de ônibus.

Entretanto, a localização da ação coletiva extrapola o âmbito local, ganhando adeptos e apoio em outros pontos geográficos. Conforme relatou a Frente por meio de Madureira (2013, p.14): “quando explodiram as manifestações pelo

6 O coletivo Tarifa Zero atua desde 2005 (Pinto, 2013, p.20) e o MEPR desde 1995 (Longo e Abreu, 2014).

Brasil a fora⁷ ou seja, aqui em Goiânia, a gente já estava há mais de um mês nas ruas e foi quando deu um ‘boom’ no Brasil”. E não somente no Brasil, mas “geraram protestos e apoio popular, o que foi reforçado por outras manifestações e pelas notícias na grande imprensa e até no exterior” (Viana, 2013, p.28).

Outra categoria central, o binômio “mobilização social”, retrata a sociedade complexa e informacional com suas *ágoras* ocupadas pelos cidadãos. Ela ocorre por meio de alguns elementos que guardam semelhança entre si, indicando o ‘modo de fazer’ dos atuais movimentos sociais. Tais elementos foram identificados por Castells (2013) e nomeadas como categorias analíticas da Análise Textual: *Estopim de indignação; Autorreflexividade, Caráter Pacífico, geradores de Mudança de Valores e Nova Política*.

Castells (2013) ao mencionar o estopim de indignação se refere àquele episódio que desperta a consciência e funciona como um gatilho que provoca aumento de adeptos à mobilização. Em Goiânia, a análise apontou que a repressão policial, com atos de violência para com os manifestantes que estavam no segundo protesto realizado no Terminal da Praça A, em Campinas, o bairro mais antigo da cidade⁸ se comportou como um fermento na massa (Pinto, 2013, p.19). Além deste terminal, a Frente de Luta Goiás também promoveu um ato coletivo no Terminal da Praça da Bíblia, no setor Universitário, tendo sido igualmente alvo de repressão policial neste evento. Destaca-se que os episódios foram reverberados pelas mídias tradicionais, especialmente em programas jornalísticos das televisões, além de filmagens feitas pelos ativistas na rede Youtube, canal criado sob o nome Frente de Luta Goiás⁹ (Marques, 2013, p.43).

O caráter pacífico relatado por Castells (2013) não se aplicou às características elencadas às principais manifestações organizadas pela Frente de Luta Goiás, pois foram caracterizados pela radicalidade por seus membros. Em Goiânia, para a Frente de Luta Goiás apenas o sexto ato,

ocorrido no dia 20/06/2013 foi considerado pacífico, com ar de festividade cívica, com a presença de setores por eles desconhecidos (Mateus, 2013, p. 12). A Frente tem entre seus componentes alguns setores radicais que veem atos de confronto, destruição de patrimônio público ou de simbologia do capital empresarial, como atos necessários na luta contra a lógica capitalista, tais como o Movaut – Movimento Autogestionário que editou a revista *Enfrentamento*, objeto dessa análise textual. Porém, se para o Movaut, a Frente deveria se pautar pela radicalidade, para o Coletivo Zero a participação de outros setores da sociedade foi bem vinda.

Outro elemento analisado, o da autorreflexibilidade, aponta para os debates e discussões travados dentro dos movimentos sociais com vistas à sua estruturação, organização e ações. Durante a fase de intensa ação coletiva da Frente de Luta Goiás ocorreu momentos de autorreflexibilidade, conforme demonstra o resultado das análises deste trabalho. Interessante o relato de Madureira (2013, p.12) de como o discurso da mídia tradicional que criminalizava o movimento social influenciou integrantes da Frente: “[...] a gente teve que ter muita habilidade política pra que esse discurso da mídia da bandidagem, do terrorismo não fosse tragado pelo nosso próprio movimento”, o que para ele proporcionou “[...] amadurecimento político, especialmente desses adolescentes, estudantes secundaristas e mesmo universitários” (Madureira, 2013, p.8).

Na categoria “mudança de valores” se verificou que a causa das manifestações extrapolou a redução do preço da passagem dos ônibus em Goiânia e foi ampliada projetando novos valores, tais como participação popular na gestão pública, além de reivindicações de todo tipo quanto à prestação de serviços públicos de qualidade, com eficiência e sem corrupção, que levou inigualável quantidade de cidadãos às ruas. Os integrantes da Frente demonstraram que querem também a revogação do contrato de concessão, além da possibilidade de participação popular na CDTC. (Pinto, 2013, p.18)

Nos momentos de reflexão, os representantes da Movaut, que compõem a Frente, sintetizaram algumas conclusões observadas durante as manifestações que revelam elementos da categoria “nova política”, ou seja, a constatação de que os partidos de esquerda foram rechaçados pelos manifestantes;

7 A manifestação do Outono Brasileiro teve início em três capitais, ainda no mês de abril (Florianópolis (17/04/13), Porto Alegre (20/04/13) e Goiânia (28/04/2013)

8 Semelhantemente às ações da PM na Avenida São Paulo nos dias 13 e 14 de junho de 2013 que veiculadas nas redes sociais, pela Mídia Ninja –canal alternativo que fez ampla cobertura jornalística durante as manifestações pelo país.

9 www.youtube.com/watch?v=P3MFoE13DXw

a falta de capacidade mobilizadora e proximidade dos partidos junto aos manifestantes e a descrença na democracia representativa, seja de partidos políticos ou de sindicatos.

A Frente de Luta, superando diferenças ideológicas, externa um novo modelo de ação social coletiva. Incorpora elementos dos movimentos sociais globais, adicionando formas solidárias de união, centradas em objetivos comuns. Não somente a redução da tarifa dos ônibus era comum, mas a busca por reconhecimento de direitos a uma vida mais justa. Igualmente a luta pelo direito a ter direitos permeia os ideais comuns dos coletivos que integraram o movimento.

Considerações finais

A comunicação é um processo que se estabelece como gerador de vínculos e trocas simbólicas motivando ações com vistas a práticas de cidadania. O processo de comunicação ocorre por meio da mediação que, na sociedade contemporânea, necessita de aparatos tecnológicos tais como a internet e suas múltiplas e multiformes plataformas sociais, como também das mídias tradicionais que promovem interação entre os partícipes do processo.

Neste sentido, o movimento analisado “Frente de Luta Goiás” articulou a prática da cidadania, constituindo-se em uma rede emergente de um coletivo social. Assim, evidenciando os elementos da Comunicação Horizontal, da Esfera Pública e da Mobilização Social os quais constituem-se em pilares de uma prática de cidadania fluida, porosa e intercambiável na qual se estabelecem interações e trocas simbólicas.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, H. (1958) A condição humana. RJ: Forense Universitária.

BROWN, C.; COENEN, L. (2000) Dicionário internacional de teologia do novo testamento. SP: Editora Vida.

CASTELLS, M. (2013) Redes de indignação e esperança. São Paulo: Ed. Paz&Terra.

CHARMAZ, K. (2009) A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed.

CONTRA a Criminalização da Luta Popular-Liberdade aos Presos Políticos. Blog Passa Palavra. 2014. Disponível em <http://passapalavra.info>. Acesso em 06 jun. 2014.

EDITORIAL. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edição especial, ps.5-7, jul.2013.

GLASER, B.; STRAUSS, A.L. (1967) The discovery of grounded theory. New York, Aldine.

HABERMAS, J. (1997) Direito e democracia: entre facticidade e validade. Volume 2. RJ: Tempo Brasileiro.

KLANDERMANS, B. (1994) La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. In GUSFIELD, J.; LARAÑA, E. Los nuevos movimientos sociales. de la ideología a la identidad. Madri: Academia, Centro de Investigaciones Sociológicas.

LONGO, M.; ABREU, V. (2014) Manifestações: presos três da Frente de Luta GO. Jornal O Popular, Goiânia, p.II, 24/05/2014

MAIA, L. (2013) Para além dos protestos. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edição especial, ps.38-51, jul.2013.

MALINI, F.; ANTOUN, H. (2013) A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina.

MARQUES, E. (2013) A espontaneidade das manifestações. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edição especial, ps. 18-25, jul.2013.

MATEUS, J. G. F. (2013) Por uma vida sem catracas! Mobilizações populares e luta contra o aumento da tarifa do transporte. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edição especial, ps.8-17, jul.2013.

MELUCCI, A. (2001) A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Voze.

MERGULHÃO, A. (2013) Surpresa até mesmo para o grupo. Integrantes da Frente de Lutas Goiás não esperavam que atuação alcançasse o tamanho da repercussão. *Jornal O Popular*, Goiânia, p.12, junho 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. (2008) Pesquisa qualitativa. técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed.

PALÁCIOS, M. (2006) A internet como mídia e ambiente. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PERUZZO, C.M.K. (2013) Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”? *Matrizes* n 2, ano 7, São Paulo, USP, jul/dez. 2013.

VIANA, N. (2013) Manifestações populares e lutas de classes. *Revista Enfrentamento*. Goiânia, ano 8, Edição Especial, ps.26-37,jul, 2013.

Publicações dos autores:

MAINIERI, T. (2016) Um peso, duas medidas - desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada. Goiânia: FIC/Cegraf/UFG, 2016. v. 6.

MAINIERI, T.; ALCANTARA, Q. (2016) As mobilizações sociais em Portugal e no Brasil: aproximações e distanciamentos a partir da comunicação on-line. In: Prior, H.; Guazina, L.; Araújo, B.. (Org.). *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2016, v. , p. 663-703.

MAINIERI, T. ; ROMANI, D. (2016). Comunicação, internet e contra-hegemonia: o interesse público na sociedade midiaticizada. In: Moraes, A.; Signates, L.. (Org.). *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Cegraf UFG. p. 171-193.